

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

ARTIGO 103.º DO REGIMENTO DA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ANTE-PERÍODO LEGISLATIVO DE
ABRIL DE 2019

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	1003 Proc. n.º 36.30
Data:	01/04/09 N.º 1/ XI



1º. CAPÍTULO - GENERALIDADES

1) Constituição da Comissão

A Comissão de Economia é constituída pelos seguintes Deputados:

a. Partido Socialista (PS)

André Rodrigues

António Toste Parreira

Bárbara Chaves

Carlos Silva

José Ávila

Mário Tomé

Mónica Rocha

b. Partido Social Democrata (PSD)

António Pedroso

António Vasco Viveiros

Luís Garcia

Luis Rendeiro

**c. Centro Democrático e Social
/Partido Popular (CDS/PP)**

Alonso Miguel

d. Bloco de Esquerda (BE)

Paulo Mendes

2) Mesa da Comissão

A Mesa da Comissão de Economia é constituída pelos seguintes Deputados:

Presidente – Bárbara Chaves

Relator – Carlos Silva

Secretário – António Pedroso



2º. CAPÍTULO – PERÍODO DE REFERÊNCIA E REUNIÕES EFETUADAS

O presente relatório diz respeito ao período compreendido entre os dias 12 de março e 9 de abril de 2019.

No período em referência, a Comissão de Economia realizou trabalhos, aprovou relatórios e diligências e emitiu pareceres nos dias 20 de março, 1, 4 e 9 de abril de 2019.

3º. CAPÍTULO – REUNIÕES E TRABALHOS EFETUADOS

No dia 1 de abril de 2019, a Comissão Permanente de Economia reuniu na Delegação da ALRAA em Ponta Delgada, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Audição do Dr. Rui Carlos Terra Maciel, nos termos do disposto no art.º 12.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de maio, na redação do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro, a fim de se pronunciar sobre a pretensão do Governo Regional de nomeá-lo para Presidente do Conselho de Administração da SINAGA – Sociedade de Indústrias Agrícolas Açoreanas, S. A.;
- Audição do senhor Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia sobre a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 37/XI** – “Regime jurídico de licenciamento das atividades espaciais, de qualificação prévia e de registo e transferência de objetos espaciais na Região Autónoma dos Açores”;
- Audição do senhor Vice-Presidente do Governo Regional sobre:
 - **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 27/XI** – “Décima terceira alteração ao DLR n.º 8/2002/a, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;
 - **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 36/XI** – “Décima terceira alteração ao DLR n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos DLR n.ºs 22/2007/A, de 23 de



outubro, 6/2010/A, 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril, 1/2018/A, de 3 de janeiro, e 6/2019/A, de 12 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”;

- Audição da senhora Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo sobre a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/XI** – “Segunda alteração ao DLR n.º 5/2010/A, de 23 de fevereiro, que estabelece o sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis da RAA - PROENERGIA”;
- Deliberação de diligências sobre:
 - **Projeto de Resolução n.º 129/XI** – “Auditoria pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas às Parcerias Público-Privadas da Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;
 - **Projeto de Resolução n.º 132/XI** – “Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as medidas necessárias para assegurar a utilização da Baía da Barra, em Santa Cruz da Graciosa, criando condições para as atividades ligas à náutica de recreio”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;
 - **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 38/XI** – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A, de 28 de julho, Regime Jurídico da Reserva Agrícola Regional”;
- Outros assuntos.

4.º. CAPÍTULO – APROVAÇÃO E ENVIO DE RELATÓRIOS

Durante o período em análise, foram aprovados e publicados pela Subcomissão e/ou pela Comissão Permanente de Economia os seguintes diplomas:



No dia 20 de março de 2019:

1. Projecto de Decreto-Lei – Transpõe diversas diretivas de adaptação ao progresso técnico em matéria de segurança dos brinquedos, uso de substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos, adjuvantes de produtos fitofarmacêuticos e exame de plantas - PCM - (Reg. DL 90/2019).

No dia 4 de abril de 2019:

1. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 36/XI - Décima terceira alteração ao DLR n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos DLR n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril, 1/2018/A, de 3 de janeiro, e 6/2019/A, de 12 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional.
2. Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 27/XI - Décima terceira alteração ao DLR n.º 8/2002/A, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional.
3. Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 37/XI – Regime jurídico de licenciamento das atividades espaciais, de qualificação prévia e de registo e transferência de objetos espaciais na Região Autónoma dos Açores.

No dia 9 de abril de 2019:

1. Relatório sobre a nomeação do Dr. Rui Carlos Terra Maciel como Presidente do Conselho de Administração da Sinaga - Sociedade de Industrias Agrícolas Açoreanas, S.A..



5.º. CAPÍTULO – TRABALHOS PENDENTES

Projetos de Resolução:

- Projeto de Resolução n.º 132/XI - Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as medidas necessárias para assegurar a utilização da Baía da Barra, em Santa Cruz da Graciosa, criando condições para as atividades ligadas à náutica de recreio.
- Projeto de Resolução n.º 129/XI - Auditoria pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas às Parcerias Público-Privadas da Região Autónoma dos Açores.

Propostas de Decreto Legislativo Regional:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 38/XI - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A, de 28 de julho, Regime Jurídico da Reserva Agrícola Regional.
- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/XI - Segunda alteração ao DLR n.º 5/2010/A, de 23 de fevereiro, que estabelece o sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis da RAA - PROENERGIA.

Projetos de Decreto Legislativo Regional:

- Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XI - Segunda alteração ao DLR n.º 19/2013/A, de 17 de outubro, alterado pelo DLR n.º 5/2016/A, de 24 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores - FUNDOPESCA.

Proposta de Resolução:

- Proposta de Resolução n.º 10/XI – Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2017.



Petições:

- Petição n.º 34/XI – Pelo aumento do Acréscimo Regional ao Salário Mínimo Nacional na Região Autónoma dos Açores.
- Petição n.º 33/XI – Para o aumento de 15%, no montante da Remuneração Complementar, na Região Autónoma dos Açores.
- Petição n.º 26/XI – Combustíveis líquidos e gasosos, pedido de transparência dos seus impostos, revisão dos preços nas margens de revenda reformulação das fórmulas.

Orgãos de Governo Próprio:

- Projeto de Decreto Lei n.º 113/XI - Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/1628, que estabelece os requisitos respeitantes aos limites de emissão de gases e partículas poluentes e à homologação de motores de combustão interna para máquinas móveis não rodoviárias - MATE - (Reg. DL 167/2018).

Assembleia da República:

- Proposta de Lei n.º 183/XIII (ALRAM) - 8.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, que estabelece as medidas das disposições da Convenção Europeia para a proteção dos animais de companhia.

Outros documentos:

BE – Audição do Secretário Regional da Educação e Cultura, do(a)s representantes legais da Empresa de Viação Terceirense e do presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola 1, 2, 3/JI Francisco Ornelas da Câmara da EBI da Praia da Vitória.



Ponta Delgada, 09 de abril de 2019.

O Relator

Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente

Bárbara Chaves